

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DO RIO DE JANEIRO. Às 14 horas do dia vinte e sete de junho de dois mil e vinte e quatro, o Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC do Rio de Janeiro reúne seus membros integrantes, presencialmente, na Arena Carioca Fernando Torres, participando:

Crimélia Julia Ferreira Serrano; David Theodor Seixas Cruz; Diene da Silva Soares Moraes; Erick Marcio Mendes Anápuaka Muniz Tupinambá; Fernanda Souza Correa; Fernanda do Valle Garcia; Flávia Piana; Gabriela Tomaz de Almeida; Gabriella Rodrigues Neves; Henrique Lott Costa; Igor Araújo Barcelos; Igor Moitinho Fonseca do Amaral; José Leon Zylbersztajn; Juliana Evangelista de Souza; Luciane dos Santos Rufino; Mariana Ribas; Paulo Ramos; Renato Rangel; e Valeria Vieira. O Secretário Executivo Renato Rangel cumprimenta os presentes, anuncia a contagem do quórum e realiza uma chamada oral: 19 (dezenove) conselheiras e conselheiros presentes. Renato Rangel faz sua autodescrição e apresenta seu posicionamento no local ao empostar sua voz sem o uso do microfone. Igualmente, os demais integrantes da mesa apresentam-se fazendo uso da mesma estratégia de acessibilidade. Ato contínuo, a Presidente Mariana Ribas cumprimenta os presentes e apresenta a pauta do dia: Inclusão da previsão textual no Regimento Interno de eleição do Presidente e Vice-presidente, no momento da posse, a atualização dos andamentos do processo do Plano Municipal de Cultura – PMC, apresentação do quadro de presença e o sistema de justificativa de falta, e, por fim, a análise de previsão textual, no Regimento Interno, de licença em período eleitoral para os conselheiros e conselheiras que optem por concorrer a algum cargo de caráter político, esta última sendo pedido de inclusão da Vice-presidente Luciane Rufino. Após a aprovação unânime, o último tópico foi incluído em pauta. A Subsecretária Executiva de Cultura e Presidente deste Conselho, Mariana Ribas, relembra da próxima reunião, a ocorrer no dia 30 de julho de 2024, às 10h, no

Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira – MUHCAB. Aproveita-se o momento para reforçar um convite a todos os presentes, para que compareçam na entrega da reforma do MUHCAB. A palavra então é passada para a Vice-presidente Luciane Rufino, que saúda os presentes e apresenta a fundamentação que dá base a sua solicitação de inclusão de pauta. Nesta esteira, a palavra retorna ao Secretário Executivo do CMPC, Renato Rangel, que retoma o primeiro ponto da pauta e traz o contexto histórico que levou até o texto apresentado. Todavia, é apontado que, por conta da ausência de 2/3 (dois terços) dos conselheiros votantes, não será possível votar qualquer tipo de alteração no Regimento Interno na presente sessão da Plenária, ainda que a Secretaria Geral tenha promovido mobilização para que houvesse o quórum mínimo de 24 conselheiros. Renato então faz a leitura do texto apresentado, explicando a importância da observância da composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, de forma que sempre haverá um membro de cada esfera na composição do Executivo do CMPC. Foi reforçada, então, pela Presidente Mariana Ribas, a importância da participação dos Conselheiros na elaboração da redação das alterações propostas. Em momento contínuo o Conselheiro José Leon manifestou dúvidas acerca da suplência no caso de licença de Presidente ou Vice-presidente, imediatamente sanada pelo Renato Rangel. Após isso, a Presidente Mariana Ribas esclareceu que os textos seriam enviados, via e-mail, para a análise dos Conselheiros. Em sequência, Renato Rangel narra os demais textos apresentados, dando esclarecimentos em torno de certos pontos e sugestões para a reflexão dos Conselheiros, bem como estabelecendo o prazo de 10 (dez) dias corridos para manifestação destes. Seguindo a ordem de pauta, Renato Rangel então declara a perda de mandato dos Conselheiros Jailson Rodrigues de Queiroz Lima e Michel Santos Galdino, das cadeiras de Economia Criativa e Empreendedorismo Cultura e Museu e Museologia Social, respectivamente, por conta da infração do artigo 29, inciso V, do Regimento Interno, anunciando também que o convite para os suplentes destes se tornarem

titulares já havia sido feito, bem como anunciando o novo titular da cadeira de Teatro, Henrique Lott Costa, e da nova suplente da Secretaria de Fazenda, Fernanda do Valle Garcia. Em novo tópico, Renato Rangel informa, então, as atualizações dos andamentos da minuta do Plano Municipal de Cultura, relatando a todos que o processo, após sua aprovação pelo CMPC, se encontra sob análise da Coordenadoria Geral de Acompanhamento Legislativo e Parlamentar – CGALP, sendo este o último passo que precede o envio do texto para a análise da Câmara dos Vereadores da cidade do Rio de Janeiro. Neste momento, a Vice-presidente Luciane Rufino reforçou a importância de cobrar os vereadores, para que essa minuta possa ser aprovada assim que possível. Precedendo, a Presidente Mariana Ribas abre então o espaço para as falas dos Conselheiros. Recebendo a palavra, a Conselheira Juliana Evangelista manifesta sua preocupação com a agilidade e interesse da Câmara Municipal em votar este texto durante um ano eleitoral. Após ela, a palavra é direcionada ao Conselheiro José Leon, que reforçou a importância de estabelecer metas, explanando a importância da aprovação do Plano. Com a não manifestação de mais nenhum Conselheiro, foi encerrado o momento de fala dos Conselheiros e aberta a fala para os ouvintes.

A participante da sociedade civil Carla Wendling solicita fala:

“Eu sou Carla Wendling, sou ex-conselheira da Cadeira Carnaval, representante da Associação Folia Carioca.

Em relação ao plano, a gente praticamente entregou o plano para a gestão do Eduardo Paes. E nós ficamos muito surpresos quando teve que passar de novo para o Conselho. Não desmerecemos o trabalho de vocês, jamais, a contribuição de vocês, mas como foi dito mesmo aqui, já são 12, 13 anos que estavam esperando para sair, nós, de certa forma, perdemos mais um ano, porque enquanto a gente estaria tramitando na Câmara, vocês poderiam... Porque vai ter

mudança, com certeza. Então, isso já poderia estar ocorrendo na Câmara. Muito me assusta também, porque eu vejo uma coisa muito proposital de estar acontecendo. Como a Ju (Juliana Evangelista) falou, certamente esse plano não vai... A gente, pelo menos eu, não tenho esperança nenhuma desse plano ande. Mas, também uma coisa que muito me preocupa foi o acordo firmado com a Prefeitura, onde ela assina, que o CPF estaria concluído, acho que até em maio, se não me engano. O CPF da cultura que, dentro do CPF, está o plano municipal. Então, esse acordo não sendo concluído, não sendo feito, não sendo finalizado, o que a gente sabe é que todo o dinheiro que foi recebido tem que ser devolvido. E, certamente, não vamos ter mais recursos do governo federal. Então, eu fico surpresa da Prefeitura estar tão tranquila em relação a isso, que pra mim, como agente cultural, como fazedora de cultura e a responsabilidade que eu tenho, eu estou em pânico. Eu estou em pânico, porque a gente sabe que o governo PT, o governo de Lula, ele está investindo na cultura. E ficar com o Rio de Janeiro, uma capital tão grande, tão importante, sem ter recurso, não sou contra que ele não dê, não. Eu sou a favor que ele negue, já que não cumpriu. Porque tempo teve. Porque esse governo de Eduardo Paes não é a primeira gestão. Nós já passamos por mais duas dele, inclusive com plano. Então, a minha preocupação da calmaria desse governo, do meu desespero, é que eu vejo que o Rio de Janeiro está entrando de novo numa furada. Infelizmente. Em falta de respeito por todos nós, fazedores de cultura e com a cidade do Rio de Janeiro que não merece isso”.

A conselheira Flávia Piana solicita fala para responder aos questionamentos :

“Boa tarde, gente. Eu sou uma mulher branca, de cabelos grisalhos, curto, estou vestida de preto, calça preta, blusa preta e um tênis branco. Eu sou Flávia Piana, sou suplente do Secretário de Cultura Marcelo Calero, só para esclarecer a fala da Carla, na verdade, o CPF da Cultura é, de fato, a premissa do Sistema

Nacional de Cultura, da Lei Federal e, de fato, a Secretaria do Município do Rio de Janeiro se comprometeu a implementá-la. No município, só falta, de fato o Plano, que é esse projeto de lei, que está tramitando na Prefeitura e vai ser enviado para a Câmara. Mas o fundo Municipal da Cultura já foi criado na Lei 6708 de agosto de 2020, foi a lei que criou o Sistema Municipal de Cultura. Então lá, com a lei, cria um fundo. Na sequência, vem um decreto que regulamenta o fundo de cultura, que diz quais são as fontes de financiamento desse fundo, onde ele vai ser aplicado e qual é a gestão desse fundo. Inclusive, o fundo já foi utilizado na aplicação de recursos da Lei Aldir Blanc, lá em 2020, na LAB1. E agora a Secretaria de Cultura está executando recursos da PNAB, da Política Nacional da Aldir Blanc pelo fundo também. Então, assim, não há preocupação da Secretaria de Cultura em termos técnicos, políticos, nenhum, de que nós teremos que devolver recursos. Porque o recurso está na conta do fundo, está tudo ok com a Controladoria Geral, com a Secretaria da Fazenda, com o Ministério da Cultura. Inclusive, a Secretaria de Cultura e o Município do Rio de Janeiro, tem bastante articulação institucional, diferente de como era nos governos passados. Então, assim, não há problema nenhum com o nosso Fundo de cultura. De fato, falta o plano de cultura para o nosso CPF ficar completo, mas não há preocupação nenhuma com devolução de recurso de Lei Federal. E é bom que a gente saia daqui com isso muito claro, para não causar, né, um alvoroço na sociedade civil, desnecessário. A gente está executando as políticas, logo mais vão sair dois editais do cultura viva, que estão na Procuradoria, vão sair. Então, assim, a gente está executando as políticas federais, com sucesso e vai continuar sendo assim. Não existe preocupação nenhuma com devolução de recursos. Eu queria deixar isso muito claro, como uma técnica da Secretaria de Cultura, além do suplente do secretário. Obrigada”.

A participante da sociedade civil Sarah Alonso solicita participação:

“Boa tarde. Sou Sarah Alonso, sou uma mulher branca de estatura pequena, estou com uma saia comprida azul e uma blusa clara de alças.

Quando a gente aprovou a lei do sistema, tinha lá um artigo que a gente tinha um ano para aprovar o plano, já que era esse sistema, foi uma estratégia derrubar o texto que deu nessa batalha. Enfim, provavelmente vamos passar parecido de novo. E lá a gente teve essa cláusula, que a gente tinha um ano para aprovar o plano. Isso já foi vencido há três anos. Então, a gente está irregular quanto à lei do sistema, porque ela mesma que determinou esse prazo. Então existe uma irregularidade. Quando a secretaria preencheu o formulário lá no Transgov para receber os recursos da Aldir Blanc, foi obrigatório para todos os entes federados assumir o compromisso de implantar o CPF completo em até 12 meses ao recebimento da primeira parcela. E a gente está agora completando esses 12 meses. Então, na verdade, nós estamos irregulares por duas vezes na falta do plano. O que isso significa? Segundo as regulamentações, corre o risco de não receber mais o repasse de fundo à fundo, como a PNAD. Então, assim, não teremos que devolver, mas corremos, sim, o risco de podermos sermos impedidos por alguma interpretação de não estar cumprindo esta lei. Então a gente tem essa Cláusula. Isso é uma pergunta também. Isso está escrito na própria regulamentação, isso é de conhecimento, a gente estava nas conferências, sobre todas as conferências, na Conferência Nacional. Então, isso é de conhecimento público. Como isso vai andar agora é uma pergunta que a gente faz para a Secretaria. Como está essa conversa com o federal? Como é que anda isso? Então, eu aproveito para deixar outra pergunta técnica: Como a gente já tem um fundo estabelecido por essa lei, já tem dois anos, a única dotação orçamentária que esse fundo anda recebendo é a do fundo à fundo federal ao fundo municipal, que é a Aldir Blanc. Não está recebendo nenhuma dotação da própria Secretaria. A Secretaria não está colocando nada de

orçamento no fundo, a não ser o próprio repasse federal. A secretaria pretende fazer isso? É uma pergunta que eu aqui deixo. E outra coisa que eu queria comentar rapidamente é assim, eu não peguei muito bem a apresentação sobre a mudança do regimento interno, mas quando eu acompanhei a discussão do regimento interno, a gente tinha, não discutimos tão profundamente essa mudança da figura do presidente. Porque, ao mesmo tempo, que pode trazer uma flexibilidade para a sociedade civil, para o conselheiro da sociedade civil assumir, ao mesmo tempo a gente se questiona se o conselheiro vai continuar a ter uma visibilidade e interesse que tem em seu secretário, se a pessoa da Secretaria de Cultura não vai estar mais necessariamente vinculada. Isso é uma questão que a gente não chegou a debater profundamente. Então, coloca que não sei se foi debatido, se os conselheiros pensaram sobre isso. Eu vi que deu um prazo para responder, mas eu acho que é um questionamento importante da gente fazer. Obrigada!”

A Conselheira Flávia Piana pergunta a Mariana Ribas se ela responderia a fala de Sarah Alonso, e a presidente do Conselho pede que Flávia responda:

“Quando a gente entra no TransfereGov para fazer o recebimento dos recursos da lei, mandar nossas questões, realmente os municípios se comprometem a implementar o CPF. Só que, gente, a realidade é a seguinte, a maioria dos municípios do Brasil não tem o fundo de Cultura. Então assim, o Ministério da Cultura, eles teriam que mudar a política, dizendo: Quem não tem fundo não tem como receber, mas isso não está acontecendo. Por isso, nas leis da PNAB e LPG eles colocam ‘prioritariamente no fundo’. E quem não tem fundo, está recebendo também, está recebendo de outra maneira. Mas assim, a vontade da secretaria de cultura é que o CPF seja concluído. Tanto é que estamos lá na batalha para tirar o plano da Prefeitura e mandar para a Câmara, né? Então ele está caminhando.

E eu não me preocupo futuramente pelo fato de não ter o plano ainda aprovado como lei, de não haver mais o repasse do ministério da Cultura. Eu não acredito que isso seja feito com algum município. Ainda mais para um município que já tem conselho constituído, conselho formado, lei do sistema municipal aprovada e, principalmente, fundo de cultura funcionando. Sobre a questão dos recursos do fundo, além dos recursos federais, tem também o fundo de recursos das bilheterias. Isso está previsto no próprio decreto do fundo: As bilheterias dos equipamentos culturais municipais vão pro fundo”.

A Presidente Mariana Ribas reforça esta fala, afirmando que o Governo Federal jamais traria tamanha punição para os municípios, uma vez que este dano seria incalculável. Na condução da reunião, a Presidente Mariana Ribas agradece a presença e comprometimento dos presentes e encerra o encontro.

A Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Política Cultural lavra a presente ata que vai por nós assinada, pelo Presidente, a Vice-Presidente e Conselheiros presentes que desejam testemunhar o atesto deste documento.

---